

2018

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras 2018



Município de
**SEVER DO
VOUGA**



Índice

Introdução	1
8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)	2
8.1 Caraterização da entidade.....	2
8.1.1 Identificação	2
8.1.2 Legislação	2
8.1.3 Estrutura organizacional efetiva.....	3
8.1.4 Descrição sumária atividades	5
8.1.5 Órgão executivo	5
8.1.6 Organização contabilística.....	6
8.1.7 Outra informação relevante.....	6
8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados	7
8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas.....	7
8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores	7
8.2.3 Critérios valorimétricos e métodos de cálculo.....	8
8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.....	8
8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado	8
8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»	8
8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado	9
8.2.8 Informação dos mapas desagregada.....	12
8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período. 12	

8.2.10	Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.	12
8.2.11	Quadro das reavaliações	12
8.2.12	Informação sobre imobilizações:	12
8.2.13	Bens utilizados em regime de locação financeira	13
8.2.14	Bens do imobilizado que não foram possíveis de valorizar	13
8.2.15	Bens de domínio público que não são objeto de amortização	13
8.2.16	Entidades participadas	13
8.2.17	Títulos negociáveis	13
8.2.18	Outras aplicações financeiras.....	13
8.2.19	Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado..	14
8.2.20	Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.....	14
8.2.21	Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.	14
8.2.22	Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.	14
8.2.23	Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.	14
8.2.24	Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.....	14
8.2.25	Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.	14
8.2.26	Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.....	15
8.2.27	Provisões (desdobramento)	16

8.2.28	Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações	16
8.2.29	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16
8.2.30	Demonstração da variação da produção	16
8.2.31	Demonstração dos resultados financeiros	17
8.2.32	Demonstração dos resultados extraordinários	17
8.3	Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução	18
8.3.1	Modificações do orçamento	18
8.3.2	PPI	18
8.3.3	Contratação administrativa	18
8.3.4	Transferências e subsídios	18
8.3.5	Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável	19
8.3.6	Endividamento	19

Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar informação adicional tendo em vista proporcionar um mais claro entendimento da informação financeira expressa naqueles documentos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018 foram preparadas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. Foi igualmente considerado o disposto na Resolução n.º 4/2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013 e na Resolução n.º 1/2018, todas do Tribunal de Contas.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos preconizados no POCAL.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8 do POCAL, servindo, adicionalmente, para explicar ou dar a compreender certos aspetos ou dados que as demonstrações financeiras não conferem ao utilizar destes documentos.

8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)

8.1 Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do **Município de Sever do Vouga**, encontra-se evidenciada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013, na Resolução n.º 1/2018 e na Resolução n.º 7/2019, todas do Tribunal de Contas.

8.1.1 Identificação

O concelho de Sever do Vouga está situado no distrito de Aveiro e na NUT III – Baixo Vouga e NUT II - Centro, com uma população residente de 11 880 pessoas e área de 129,85 km². O concelho é composto por sete freguesias: União de Freguesias de Cedrim e Paradela, União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, e Freguesias de Couto de Esteves, de Pessegueiro do Vouga, de Rocas do Vouga, de Sever do Vouga, e de Talhadas.

O Município de Sever do Vouga é uma pessoa coletiva de direito público, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 502 704 977, exercendo as competências conferidas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, integrando a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A Camara Municipal é o órgão executivo, reunindo bimensalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, na quarta-feira da segunda e quarta semana de cada mês, sendo pública a sua primeira reunião.

As suas competências e regime jurídico de funcionamento encontram-se definidos no art.º 23º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O edifício dos Paços do Concelho situado na vila de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga, com sede nesse edifício, têm o seguinte NIPC, contatos e endereço:

Endereço	Contatos
Largo do Município 3740 – 262 Sever do Vouga NIPC 502 704 977	Telefone 234 555 566 Correio eletrónico cm.sever@cm-sever.pt

8.1.2 Legislação

- Lei das Autarquias Locais - Lei n.º 169/99, de 18/9 (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1);
- Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- POCAL - Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (mais alterações¹);
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva

8.1.3.1 Estrutura orgânica:

O modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear foi aprovada na Sessão de 17/12/2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na Reunião de 9/12/2010, com publicação feita no Diário da República 2ª Série, n.º 13, de 19/01/2011.

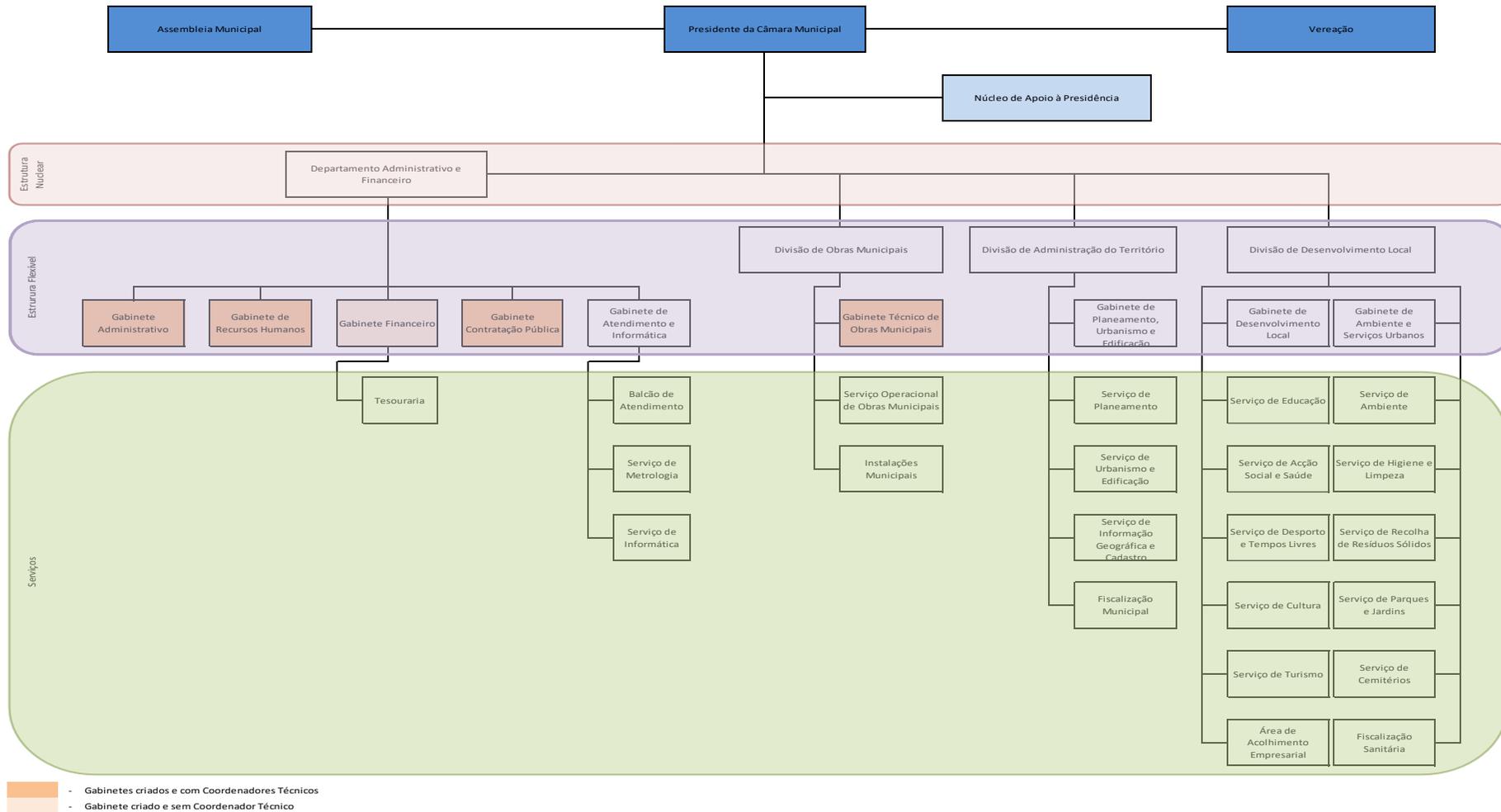
Na Reunião de 28/11/2012 foi submetida nova proposta de fixação do número máximo de unidades flexíveis e número máximo total de subunidades orgânicas que foi aprovada na Sessão de 14/12/2012 e cuja deliberação foi publicada em Diário da República 2ª Série, n.º 24, de 04/02/2013.

No mesmo Diário da República de 04/02/2013 foi publicada uma síntese da deliberação de 26/12/2012 sobre a criação das três unidades orgânicas flexíveis. Na mesma publicação consta o despacho do presidente da câmara municipal de 27/12/2012, através do qual criou as subunidades orgânicas e realizou a afetação dos trabalhadores pelas subunidades orgânicas criadas.

O “Regulamento de organização dos serviços municipais” foi publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 149, de 05/08/2013.

1 Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Maio; Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro

8.1.3.2 Organigrama



8.1.3.3 Mapa de pessoal

O mapa de pessoal foi aprovado em Reunião de 06/12/2017 e na Sessão de 15/12/2017.

8.1.4 Descrição sumária atividades

As atividades são as indicadas no ponto 8.1.5.2, com exceção da atribuição de abastecimento de água e saneamento básico.

8.1.5 Órgão executivo

8.1.5.1 Membros

Os membros pertencentes ao órgão “Câmara Municipal” e com responsabilidade no seguinte período foram:

8.1.5.1.1 Período de 01/01/2018 até 31/12/2018

Nome	Cargo	Regime
António José Martins Coutinho	Presidente	T.I.
José Manuel Barbosa de Almeida e Costa	Vice-Presidente	T.I.
Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
Paulo César de Bastos Martins	Vereador	---
Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo	Vereador	---
Ricardo Manuel Tavares Silva	Vereador	---

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

8.1.5.2 Competências e delegação

Art.º 23º Lei n.º 75/2013	Competência delegada	Presidente	Vereador
a) Equipamento rural e urbano	Equipamento urbano	António Coutinho	
b) Energia	Energia e sustentabilidade		Elisabete Henriques
	Iluminação pública		Raul Duarte
c) Transportes e comunicações	Obras Municipais		Raul Duarte
	Mobilidade e Transportes		Elisabete Henriques
d) Educação	Educação	António Coutinho	
e) Património, cultura e ciência (+ Turismo)	Cultura e Turismo	António Coutinho	Almeida e Costa
	Património	António Coutinho	
f) Tempos livres e desporto (+ Juventude)	Desporto e Juventude		Almeida e Costa
	Associativismo e Coletividades		Almeida e Costa
	Saúde		Almeida e Costa
g) Saúde	Centro de Recolha Animal		Almeida e Costa
	Cemitério		Elisabete Henriques
h) Ação social	Ação Social	António Coutinho	
i) Habitação	Bairro Social	António Coutinho	
j) Proteção civil	Proteção Civil		Raul Duarte
k) Ambiente e saneamento básico	Ambiente (+ GTF)		Elisabete Henriques
l) Defesa do consumidor	--	--	--
m) Promoção do desenvolvimento	A.A.E.	António Coutinho	
	Mercados		Elisabete Henriques
	Zonas Industriais		Elisabete Henriques
n) Ordenamento do território e urbanismo	Administração do território		Elisabete Henriques
	Planeamento		Elisabete Henriques
	Urbanismo		Elisabete Henriques
o) Polícia municipal	--	--	--
p) Cooperação externa	--	--	--
q) Empreendedorismo e inovação		António Coutinho	
r) Modernização administrativa		António Coutinho	
s) Comunicação		António Coutinho	
t) Fiscalização		António Coutinho	
u) Contraordenações			Almeida e Costa

8.1.6 Organização contabilística

O sistema informático funciona de acordo com as normas definidas no POCAL e o *software* utilizado nos registos contabilísticos é o pertencente à empresa Medidata.

As operações contabilísticas encontram-se integradas, não havendo descentralização.

8.1.7 Outra informação relevante

8.1.7.1 Ações inspetivas

Situação não constatada.

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

Nos pontos seguintes apresentamos a informação económica do ano de 2018, evidenciada nos principais documentos das demonstrações financeiras – Balanço e Demonstração de Resultados, para uma melhor explicação dos valores discriminados nos documentos principais que refletem o património do Município e as modificações ocorridas durante o ano económico.

Nos registos contabilísticos foram respeitados os princípios contabilísticos legalmente instituídos, os quais permitiram oferecer a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental do Município.

Foram, também, respeitados os princípios orçamentais, tanto para a elaboração do orçamento, como nas diferentes modificações processadas no decorrer do ano económico.

Seguidamente, serão apresentadas as “Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados”, de acordo com o estabelecido no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e respetivas alterações.

8.2.1 Disposições do POCAL derogadas

O POCAL obriga à aplicação simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. A contabilidade de custos encontra-se incipientemente implementada, revelando-se de aplicação difícil devido à escassez de recursos humanos, designadamente com formação em contabilidade.

No entanto, poderemos afirmar que a ausência da contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da autarquia.

Durante o exercício de 2018, foram tomados em consideração todos os princípios contabilísticos, com vista à necessidade das demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e adequada do ativo, passivo e resultado do exercício desta autarquia.

8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores

Ao serem comparados os valores finais do balanço do ano económico anterior com os dados que constam na coluna do ano n-1 das demonstrações financeiras deste ano económico de 2018, verificamos as seguintes divergências:

8.2.2.1 No Balanço

A dívida inicial de 2018 dos empréstimos foi reexpressa em médio e longo prazo (MLP) e em curto prazo (CP), assim do total em dívida no valor de euros de 1 204 961,45 foram em euros 870 032,58 para MLP e 334 928,87 para CP, correspondendo este valor às amortizações previstas para o ano de 2019. Assim o saldo dos empréstimos descrito no balanço em n-1, aparece evidenciado nestas duas rubricas, contrariamente ao que existia em 2017, que aparecia evidenciado apenas em MLP.

Este procedimento poderá conduzir a uma dedução incorreta, que é supor existirem empréstimos de curto prazo em 31/12/2018.

8.2.3 Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Foram adotados os seguintes critérios e métodos indicados no POCAL:

- para as Existências, o custo de aquisição;
- para as Imobilizações, o custo de aquisição ou o custo de produção, acrescidos dos respetivos encargos, de acordo com a situação em concreto;
- para as Amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

Situação não constatada.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado

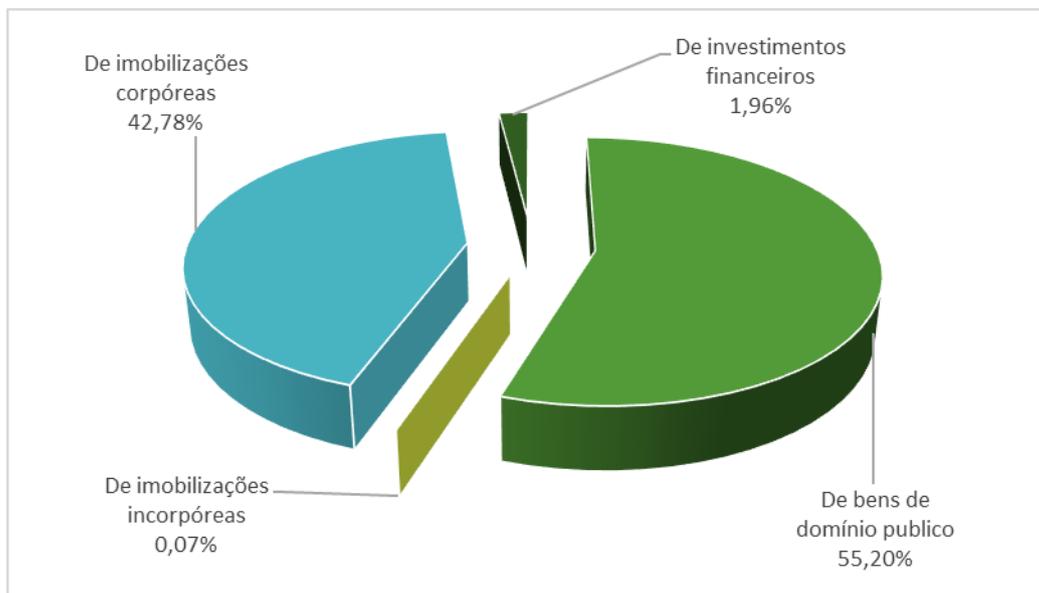
A existência de obras concluídas registadas na conta de razão 44 “Imobilizações em Curso” e que afetam positivamente o resultado do exercício pela inexistência de amortizações, no valor de euros 16 229,46.

- Reparação e conservação de passeios e pequenos largos
- Construção de Arquivo... 2ª fase - Acesso às garagens
- Reparação de pequenos troços e largos II

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»

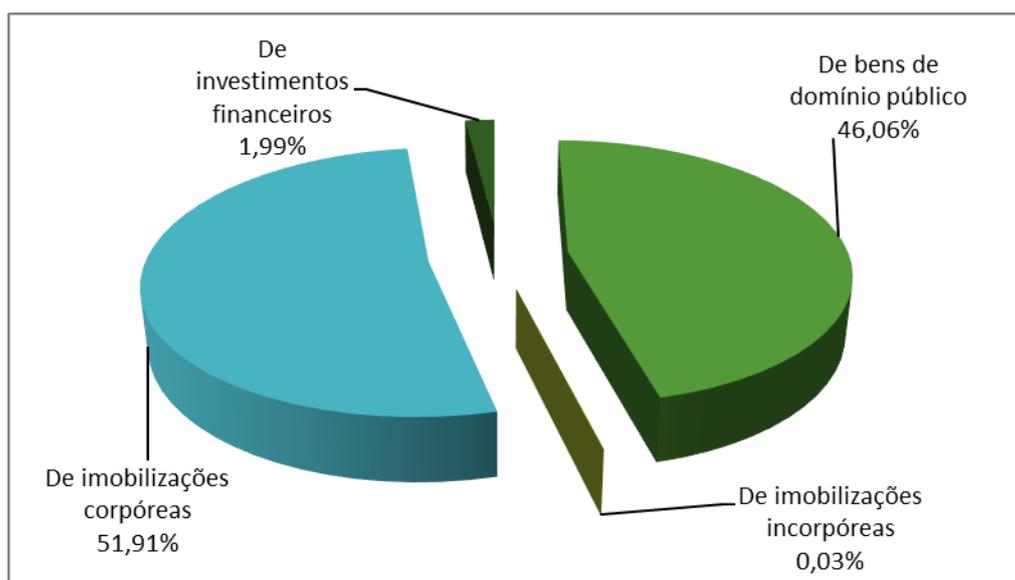
Situação não constatada.

8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado



Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	19 641 289,51		86 193,00			19 727 482,51
Edifícios	0,00					0,00
Outras construções e infraestruturas	26 386 857,59		1 223 441,44			27 610 299,03
Bens património histórico, artístico e cultural	56 250,22		116 743,00			172 993,22
Outros bens de domínio público	0,00					0,00
Imobilizações em curso	2 001 245,73		478 303,56		1 622 418,26	857 131,03
Ad. por conta de bens de domínio público	0,00					0,00
Subtotal_De bens de domínio público	48 085 643,05	0,00	1 904 681,00	0,00	1 622 418,26	48 367 905,79
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00					0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00					0,00
Propriedade industrial e outros direitos	59 325,64					59 325,64
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. por conta de imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
Subtotal_De imobilizações incorpóreas	59 325,64	0,00	0,00	0,00	0,00	59 325,64
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	3 293 352,37		2 710,00			3 296 062,37
Edifícios e outras construções	24 830 583,71		242 405,34			25 072 989,05
Equipamento básico	2 133 131,28		214 198,23		32 717,98	2 314 611,53
Equipamento de transporte	1 419 625,71		101 353,28			1 520 978,99
Ferramentas e utensílios	104 812,34		9 315,59			114 127,93
Equipamento administrativo	1 037 179,14		35 721,87		1 462,37	1 071 438,64
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	2 288 630,97		84 215,95		1 603,49	2 371 243,43
Imobilizações em curso	712 019,09		1 489 819,18		478 810,30	1 723 027,97
Ad. por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Subtotal_De imobilizações corpóreas	35 819 334,61	0,00	2 179 739,44	0,00	514 594,14	37 484 479,91
De investimentos financeiros						
Partes capital	36 615,00				2 500,00	34 115,00
Obrigações e títulos de participação	456 757,09				163 127,59	293 629,50
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	275 805,31					275 805,31
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	1 111 750,52					1 111 750,52
Outras aplicações financeiras	560,00					560,00
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. Por conta de investimentos financeiros	0,00					0,00
Subtotal_De investimentos financeiros	1 881 487,92	0,00	0,00	0,00	165 627,59	1 715 860,33
Totais	85 845 791,22	0,00	4 084 420,44	0,00	2 302 639,99	87 627 571,67

Amortizações	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios	0,00			0,00
Outras construções e infraestruturas	11 340 470,44	1 243 851,86		12 584 322,30
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00			0,00
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
Subtotal_De bens de domínio publico	11 340 470,44	1 243 851,86	0,00	12 584 322,30
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Despesas de investigação	0,00			0,00
Propriedade industrial e outros direitos	7 727,12	967,86		8 694,98
Subtotal_De imobilizações incorpóreas	7 727,12	967,86	0,00	8 694,98
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	7 759 536,76	817 873,00		8 577 409,76
Equipamento básico	1 474 276,38	177 989,53	31 848,53	1 620 417,38
Equipamento de transporte	1 133 878,53	61 668,36		1 195 546,89
Ferramentas e utensílios	89 117,05	6 329,15		95 446,20
Equipamento administrativo	918 410,18	63 651,99	1 462,37	980 599,80
Taras e vasilhame	0,00			0,00
Outras imobilizações corpóreas	1 565 380,79	148 550,41	1 603,49	1 712 327,71
Subtotal_De imobilizações corpóreas	12 940 599,69	1 276 062,44	34 914,39	14 181 747,74
De investimentos financeiros				
Partes de capital	0,00			0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	521 636,86	22 578,31		544 215,17
Outras aplicações financeiras	0,00			0,00
Subtotal_De investimentos financeiros	521 636,86	22 578,31	0,00	544 215,17
Totais	24 810 434,11	2 543 460,47	34 914,39	27 318 980,19



8.2.8 Informação dos mapas desagregada

A desagregação de cada uma das rubricas constantes dos mapas atrás apresentados e a respetiva informação encontra-se evidenciada no mapa síntese dos bens inventariados que juntar-se-á às demonstrações financeiras desta prestação de contas.

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Situação não constatada.

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Situação não constatada.

8.2.11 Quadro das reavaliações

Situação não constatada.

8.2.12 Informação sobre imobilizações:

8.2.12.1 Imobilizações em poder de terceiros

Encontra-se transferida a administração de bens às seguintes entidades:

- EDP – Rede de iluminação pública;
- ADRA – Reservatórios e rede de distribuição de água e de saneamento;
- Parque Escolar – Terreno onde foi construído o Pavilhão gimnodesportivo.

8.2.12.2 Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Número de inventario	Descrição	Proprietário do bem	Data de início	Anos na posse do Município	Data de fim
19456	Campo de Jogos de Pessegueiro do Vouga	Juventude Académica Pessegueirense	28/03/2014	25	22/03/2039
22807	Campo de Jogos de Rocas do Vouga	Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga	26/07/2017	25	20/07/2042

8.2.12.3 Imobilizações reversíveis

Os bens mencionados no ponto 8.2.12.1 são reversíveis para o Município de Sever do Vouga no final da concessão.

8.2.12.4 Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados

Situação não constatada.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Situação não constatada.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foram possíveis de valorizar

Existem ainda bens imóveis que não se encontram valorizados e inventariados e que integram o domínio privado e público municipal.

No que se refere aos bens móveis estão registados todos os bens pertencentes à autarquia.

Quanto aos bens imóveis de domínio privado, estando a maior parte dos bens inventariados, faltam ainda alguns registos na Conservatória do Registo Predial.

Consideramos que ainda falta realizar um levantamento, inventariação e avaliação dos bens do domínio público, de forma a atingir a sua globalidade.

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos pertencentes ao domínio público não são objeto de amortização.

Não são ainda objeto de amortização os bens de domínio público referidos no ponto 8.2.14.

8.2.16 Entidades participadas

Entidades	Tipo	Sede	NIPC	Capital Social	Valor do Capital Detido	Quantidade Detida	% Participação	Resultado do Exercício
ERSUC - Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.	Partes capital	Coimbra	503004405	8 500 000,00	25 540,00	10655	0,627%	90 068,00
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA		Aveiro	509107630	17 500 000,00	8 575,00	1715	0,049%	877 074,42
Fundo de Apoio Municipal	Títulos de participação	Lisboa	513319182	417 857 060,52	293 629,50		0,070%	
Totais de Partes de Capital					34 115,00			
Totais de Títulos de Participação					293 629,50			

No ano de 2018, em Assembleia Geral da WRC, SA foi aprovada a dissolução da sociedade.

8.2.17 Títulos negociáveis

Situação não constatada.

8.2.18 Outras aplicações financeiras

Aplicações financeiras	Entidade bancária	Data da aplicação	Prazo	Valor aplicado
		09/08/2017		500 000,00
		25/09/2017		400 000,00
0777000253133	Caixa Geral de Depósitos	18/10/2017	360	400 000,00
		23/02/2017		200 000,00
Totais				1 500 000,00

Como associado o Município de Sever do Vouga detém na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sever do Vouga o valor de € 600,00 em títulos de capital.

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Situação não constatada.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Situação não constatada.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Situação não constatada.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Situação não constatada.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Situação não constatada.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Situação não constatada.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Situação não constatada.

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.

Contas de Ordem	Saldo Inicial	Movimento Anual		Saldo Final
		Débitos	Créditos	
Garantias e Cauções	597 864,55	142 912,83	134 435,52	589 387,24
Caução de Empreitada	584 119,06	142 761,53	134 095,52	575 453,05
Urbiplantec, Lda	7 158,81	0,00	0,00	7 158,81
Construtora da Corga, S.A.	7 406,79	0,00	0,00	7 406,79
Aso-Construções, Lda	124 759,68	53 222,88	17 584,92	89 121,72
Construtora Paulista, Lda	30 032,27	30 702,90	6 995,53	6 324,90
Coutinho & Coutinho, Lda	1 362,87	0,00	0,00	1 362,87
Rosas Construtores, SA	34 352,56	0,00	0,00	34 352,56
Snsv - Soc. Nacional de Sinal. Vertical, Lda	1 794,00	0,00	0,00	1 794,00
Construções Modesto & Matos, S.A.	31 904,09	12 612,18	4 893,70	24 185,61
Manuel da Silva, Lda	3 332,36	0,00	0,00	3 332,36
Valter Gonçalves - Serralharia Civil e Mecânica, Lda	0,00	0,00	851,55	851,55
Fernando L. Gaspar-Sinaliz. e Equipamentos Rodoviários S.A.	4 910,05	4 910,05	0,00	0,00
Sinalarte - Indústria de Sinalização, Lda	0,00	0,00	3 098,10	3 098,10
JSC - João Santos e Coelho, SA	2 864,43	0,00	5 131,09	7 995,52
Construções Carlos Pinho, Lda	29 171,23	8 240,08	42 954,21	63 885,36
Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	195 167,67	10 345,40	671,16	185 493,43
Sergifer, Lda	563,46	0,00	0,00	563,46
Imoserra - Investimentos Imobiliários, Lda	394,44	0,00	0,00	394,44
Construções Sousa & Matos, Lda	559,39	0,00	0,00	559,39
Mário Teixeira Soares	18 169,19	4 657,55	496,80	14 008,44
Vida Pereira & Gomes, Lda	7 509,00	0,00	0,00	7 509,00
Pedro Cruz, Empreiteiros, S.A.	14 135,36	11 269,50	0,00	2 865,86
Eri-Engenharia, S.A.	10 205,99	0,00	0,00	10 205,99
Irmãos Almeida Cabral, Lda	4 585,64	0,00	11 050,57	15 636,21
António Guilherme Marques Domingues	0,00	0,00	9 404,50	9 404,50
Naturbarroso - Promoção e Organização de Eventos, Lda	0,00	0,00	1 293,96	1 293,96
Diadema Construções, Lda	13 428,06	3 774,99	908,20	10 561,27
Narciso de Carvalho & Silva, Lda	1 450,00	1 450,00	0,00	0,00
António Pimenta - Construções, Lda	0,00	0,00	5 098,80	5 098,80
Ferreira - Construções, SA	28 666,34	0,00	0,00	28 666,34
Astroangulo - Corte e Quinagem, Lda	0,00	0,00	1 130,00	1 130,00
Construções Toninho, Unipessoal, Lda	380,00	0,00	0,00	380,00
Advantis Solutions - Tecnologias de Informação, Lda	1 576,00	1 576,00	0,00	0,00
NBastos, Lda	5 533,10	0,00	6 950,35	12 483,45
Safina, Lda	2 746,28	0,00	13 608,42	16 354,70
A. Malheiros, Lda	0,00	0,00	1 973,66	1 973,66
Caução/Garantia Fornecedor Corrente	5 110,00	0,00	0,00	5 110,00
Carlos Manuel Cabral Fidalgo	5 110,00	0,00	0,00	5 110,00
Caução para Licenciamento Sanitário	1 524,13	0,00	0,00	1 524,13
Caução de Água	5 701,84	0,00	0,00	5 701,84
Caução de Habitação	199,52	0,00	0,00	199,52
Caução de Arrendamento	1 210,00	151,30	340,00	1 398,70
Turnauga - Turismo e Lazer, Unipessoal, Lda	758,70	0,00	0,00	758,70
Graciela Denise Vasconcelos Oliveira	151,30	151,30	0,00	0,00
Sofia Margarida Alves Fernandes	300,00	0,00	0,00	300,00
Carlos José Marques	0,00	0,00	340,00	340,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	597 864,55	142 912,83	134 435,52	589 387,24

8.2.27 Provisões (desdobramento)

No ponto 2.71 do POCAL, encontram-se indicadas as regras quanto à constituição de provisões. Este ano, existiu uma redução na provisão no valor de euros 50 606,42.

Conta Geral	Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
29.1.1	Provisões para cobrança duvidosa - Clientes c/c	42 037,86	54 301,95	0,00	96 339,81
29.1.2	Provisões para cobrança duvidosa - Contribuintes	11 515,12	846,83	0,00	12 361,95
29.1.3	Provisões para cobrança duvidosa - Utentes	134 653,53	0,00	9 587,89	125 065,64
29.1.9	Provisões para cobrança duvidosa - Outros	115 015,85	5 165,05	0,00	120 180,90
29.2	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39.2	Provisões para depreciação de mercadorias	14 159,75	0,00	119,52	14 040,23
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		317 382,11	60 313,83	9 707,41	367 988,53

8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações

Conta Geral	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	21 783 209,23	0,00	0,00	21 783 209,23
57.1	Reservas Legais	1 317 778,12	42 751,36	0,00	1 360 529,48
57.5	Subsídios	0,00	57 588,60	0,00	57 588,60
59	Resultados Transitados	25 381 152,30	832 947,37	359 355,77	25 854 743,90
88	Resultado Líquido do Exercício	855 027,16	549 576,69	855 027,16	549 576,69
Totais		49 337 166,81	1 482 864,02	1 214 382,93	49 605 647,90

Existiu apenas o movimento referente à distribuição do resultado do exercício de 2017.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	32.9 - Mercadorias - Outras	36.3.1 - Comb. & Lubrificantes	36.3.2 - Ferramentas	36.3.3 - Higiene e limpeza	36.3.4 - Materiais de construção	36.3.5 - Material de economato	36.3.9 - Outros materiais	Totais
Existências Iniciais	158 556,01	47,49	1 482,66	734,30	6 133,10	3 077,58	12 943,01	182 974,15
Compras	42 867,74	1 003,26	1 380,21	1 089,94	27 251,30	5 988,30	21 106,48	100 687,23
Regularização	0,00	0,00	136,59	1,11	381,42	-128,60	757,30	1 147,82
Existências Finais	186 556,13	32,36	1 841,13	1 283,17	6 583,44	2 731,25	11 725,66	210 753,14
Custos do Exercício (CMVMC)	14 867,62	1 018,39	1 158,33	542,18	27 182,38	6 206,03	23 081,13	74 056,06

8.2.30 Demonstração da variação da produção

Situação não constatada.

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	9.572,81	13.153,49	781 - JUROS OBTIDOS	1.017,88	1.224,82
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	22.578,31	22.578,28	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	462.972,71	463.423,24
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	3.266,43	11.825,73
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	4.735,52	5.232,83	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	430.370,38	435.509,19	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	467.257,02	476.473,79	Total	467.257,02	476.473,79

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÊRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	196.597,26	261.302,81	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	128,60	0,06	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	1.330,16	36.992,12
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	4.223,06	5.310,90	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	17.218,00	8.030,60
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	4.688,51	4.223,87
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	9.707,41	74.091,21
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	95.388,90	101.017,82	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	36.965,00	14.076,55
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	13.968,59	67.426,34	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.139.810,77	1.388.716,20
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	899.413,44	1.091.072,62	Total	1.209.719,85	1.526.130,55
Total	1.209.719,85	1.526.130,55			

8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 Modificações do orçamento

8.3.1.1 Receita

Foram realizadas três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
11 500 000,00	2 906 166,59	1 886 000,00	12 520 166,59

8.3.1.2 Despesa

Foram realizadas onze alterações e quatro revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
11 500 000,00	5 273 656,59	4 253 490,00	12 520 166,59

8.3.2 PPI

Foram realizadas onze alterações e quatro revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
5 500 000,00	11 100,00		5 511 100,00

8.3.3 Contratação administrativa

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4 Transferências e subsídios

8.3.4.1 Transferências correntes – Despesa

O valor das transferências correntes concedidas foi no valor em euros de 699 142,88.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.2 Transferências de capital – Despesa

O valor das transferências de capital concedidas foi no valor em euros de 201 813,71.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.3 Subsídios concedidos

Situação não constatada.

8.3.4.4 Transferências correntes – Receita

O valor das transferências correntes recebidas foi no valor em euros de 5.061.661,16.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.5 Transferências de capital - Receita

O valor das transferências de capital recebidas é no valor em euros de 913.612,00.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.6 Subsídios obtidos

Situação não constatada.

8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

8.3.5.1 Ativos de rendimento fixo

Situação não constatada.

8.3.5.2 Ativos de rendimento variável

Situação não constatada.

8.3.6 Endividamento

Informação exarada no Relatório de Gestão.

8.3.6.1 Empréstimos

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

No empréstimo n.º 9015006771191, no valor de 2,5 milhões de euros contratados, realizados pela anterior empresa municipal e contraídos na CGD, informa-se que existe uma garantia real de hipoteca até aos montantes indicados, sobre os prédios registados na Conservatória do Registo Predial sob os números 11, 14, 23, 562 e 1324.

8.3.6.2 Outras dívidas a terceiros

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

Através do art.º 303º da Lei n.º 114/2017 (que aprovou o Orçamento de Estado de 2018) a dívida do município, para o FAM, diminuiu para € 97 876,50 com pagamentos de dívida vincenda em 2018 (€ 48 938,25), em 2019 (€ 32 625,50) e em 2020 (€ 16 312,75), pelo que a participação desta autarquia passou a ser de € 293.629,50, em vez dos 456.757,09 previstos quando foi constituído aquele fundo.